



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA  
IVAN DONIZETI DA COSTA

**A EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL:  
UM ESTUDO RELACIONADO ÀS INFLUÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS  
GERADAS PELA ABERTURA POLÍTICA DE 1985 E PELA PROMULGAÇÃO DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998**

Porto Alegre  
2020

IVAN DONIZETI DA COSTA

**A EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL:  
UM ESTUDO RELACIONADO ÀS INFLUÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS  
GERADAS PELA ABERTURA POLÍTICA DE 1985 E PELA PROMULGAÇÃO DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
*Lato Sensu* em Gestão Integrada de Segurança Pública  
como requisito à obtenção do título de Especialista em  
Segurança Pública.

Orientação: Prof. Joel Irineu Lohn, MSc.

Porto Alegre  
2020

IVAN DONIZETI DA COSTA

**A EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL:  
UM ESTUDO RELACIONADO ÀS INFLUÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS  
GERADAS PELA ABERTURA POLÍTICA DE 1985 E PELA PROMULGAÇÃO DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998**

Esta Monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista em Segurança Pública e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Integrada de Segurança Pública, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Porto Alegre, 24 de setembro de 2020.

---

Professor orientador: Joel Irineu Lohn, MSc.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof. Álvaro José de Souto, MSc.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

À minha querida e amada filha, Lívia, que me inspira a  
cada sorriso, e que me orgulha a cada palavra.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ter me dado saúde, forças e motivação para superar os obstáculos e atribulações que pairaram sobre o meu caminho durante o período de confecção deste trabalho. Só Ele sabe tudo o que enfrentei para conciliar a dedicação ao Curso, com os deveres da profissão e com a devida atenção à minha família.

Não estaria aqui sem a ajuda das pessoas mais importantes na minha vida: meu pai Jose (In memoriam) e minha mãe Benedita, responsáveis pelos fundamentos morais que carrego e que me “carregam”.

Aos meus tutores e professores, de todas as disciplinas do presente Curso, pelo esmero e dedicação no processo de ensino e aprendizagem e pela atenção dispensada a nós alunos. Com certeza, este foi um fator relevante para a minha motivação crescente ao longo Curso.

Ao Professor José Irineu Lohn, pelas orientações precisas e objetivas, que em muito me ajudaram em todo o processo de elaboração e consolidação deste trabalho de pesquisa.

## RESUMO

A abertura política brasileira, após o Regime de Recessão imposto pelas Forças Armadas, gerou uma mudança estrutural nas políticas públicas, pelo fato de que, nas décadas de 1960 e 1980, os grandes investimentos em políticas públicas se destinou à melhoria da infraestrutura, da matriz energética e da industrialização brasileira. A partir dos meados da década de 1980, com a abertura política iniciada pelo ex-Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo, abriu-se um novo horizonte político no Brasil, com a inserção de novos programas sociais e com políticas públicas de privatização de empresas públicas. Os problemas da corrupção política e do endividamento público do Estado em muito influíram no desenvolvimento de políticas públicas eficientes. O objetivo geral desta pesquisa é compreender o papel das principais estruturas de Segurança Pública em relação à promoção do desenvolvimento econômico de forma concreta e perceptível no país. Os objetivos específicos deste trabalho se destinaram a coletar informações úteis no sentido de responder ao problema de pesquisa: neste cenário em que a população brasileira vive, poderia a Segurança Pública no Brasil contribuir para o desenvolvimento do país? São eles: apresentar a situação atual da Segurança Pública no Brasil; identificar os principais setores da economia afetados pela deficiência em Segurança Pública; apresentar aspectos que caracterizam a dependência de fatores econômicos e sociais à Segurança Pública; e mostrar os efeitos da falta de Segurança Pública na sociedade brasileira. As conclusões desse estudo apontaram para a importância dos órgãos de Segurança Pública nas atividades econômicas e sociais da sociedade civil, no que se refere ao aumento dos gastos com segurança privada, em decorrência da ineficiência relativa desses órgãos em deter o aumento da violência e da criminalidade social.

Palavras-chave: Economia. Segurança Pública. Políticas públicas.

SUMÁRIO

**1 INTRODUÇÃO.....8**

1.1 PROBLEMA.....10

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO (FORMULAÇÃO DO PROBLEMA).....10

1.3 OBJETIVOS.....12

1.3.1 Objetivo Geral.....12

1.3.2 Objetivos Específicos.....12

**2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....13**

**3 METODOLOGIA.....16**

3.1 PREPARAÇÃO DA COLETA DE DADOS.....17

**4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....19**

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS.....19

4.2 ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA.....19

4.3 O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NAS DINÂMICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....21

4.3.1Poder Público.....21

4.3.2Políticas Públicas.....23

4.3.2.1Energia elétrica.....24

4.3.2.2 Saneamento básico.....25

4.4 EFEITOS DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS NA SEGURANÇA PÚBLICA.....29

4.4.1 Educação.....32

4.4.2Criminalidade e Violência.....33

**5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....37**

5.1 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE.....37

5.2 ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA.....37

5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS.....38

5.4 EDUCAÇÃO.....38

5.5 SANEAMENTO BÁSICO.....39

5.6 ENERGIA ELÉTRICA.....39

**6 CONCLUSÃO.....40**

**REFERÊNCIAS.....42**

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo realizar um estudo exploratório, por meio de uma revisão bibliográfica, sobre os conceitos segurança pública e da evolução do cenário político brasileiro, com a delimitação do referido estudo, no período compreendido entre a abertura política realizada pelos militares das Forças Armadas a partir de 1985, e a posterior promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), e o cenário no ano de 2016, quando do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016, com os reflexos dessas mudanças políticas até o ano de 2019.

O tema escolhido se mostra relevante, pois a Segurança Pública se apresenta como um ponto essencial para a convivência em sociedade de forma harmônica pelo fato de que os indivíduos da sociedade são atingidos de forma abrupta quando a presença da violência e da criminalidade se apresentam como uma forma de poder paralelo que faz a autoridade de poder de polícia do Estado demonstrar sucumbência em relação a essas distorções sociais.

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa se deve à possibilidade de se analisar o período definido para este trabalho, de forma a traçar um panorama de evolução da Segurança Pública brasileira, face às políticas públicas adotadas para o desenvolvimento social e político no Brasil.

As políticas públicas relacionadas à educação e à geração de trabalho para a sociedade civil e, ainda, à Segurança Pública geram reflexos significativos nos índices de violência de naturezas diversas, a exemplo de homicídios, feminicídios, furtos, assaltos, e outros.

A Educação oferecida aos cidadãos, indistintamente do país, gera benesses perceptíveis na sociedade, e se pode exemplificar países como Suécia e Alemanha, nos quais as taxas de violência são baixas, se relacionadas proporcionalmente aos Estados Unidos da América, que possui o maior sistema prisional do Mundo, e que é um país desenvolvido e com grande geração de capital interno.

A realidade brasileira aponta para uma situação de pobreza material e educacional da população, que carece em muitas situações de itens básicos de serviços como, por exemplo, energia elétrica, água tratada e sistema de coleta de esgoto e águas pluviais, e tais problemas se originam da falta de investimento por parte dos Governos das esferas federal, estadual e municipal nesses serviços.

Nos últimos cinquenta anos, desde o Regime de Recessão imposto pelos militares das Forças Armadas, houve poucas mudanças direcionadas às políticas de segurança pública, e os governos que se sucederam até mesmo depois da abertura política se dedicaram a seguir os

modelos semelhantes, que deixaram a desejar no que se refere à evolução de seus planos de ação.

As políticas de segurança pública não geraram mudanças significativas na eficiência das Forças de Segurança das Forças Auxiliares, e se limitaram ao gerenciamento de crises internas, como o caso das Operações Rio I e II, realizadas nos anos de 1994 e 1995 com a coordenação do Comando Militar do Leste, em operações de Garantia de Lei e da Ordem, o que tornou evidente a falta de eficiência das Forças Auxiliares em combater o crime na cidade do Rio de Janeiro.

A falta de maiores preocupações por parte do Estado em gerar acessos eficientes aos serviços de saúde, educação, infraestrutura (água tratada, energia elétrica e sistema de esgoto) e lazer e, ainda, de políticas econômicas que gerem aumento das ofertas de empregos de bens e de serviços, causam um sistemático aumento da criminalidade e da violência urbana, com a consequente diminuição da percepção de segurança por parte dos cidadãos.

1.1 PROBLEMA

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira cresceu de forma considerável de 1980 para 2010, de 121.150.573 para 190.755.799, respectivamente.<sup>1</sup> Já em 2016, o total da população computado por meio de censo do IBGE foi de 206.081.432.<sup>2</sup> Esse crescimento populacional não foi acompanhando por políticas públicas que incrementassem os níveis dos serviços básicos oferecidos à população como, por exemplo, o fornecimento de água potável e de energia elétrica.

A pobreza e a urbanização acelerada combinada e seus efeitos no ambiente social aumentaram, sem que houvesse um desenvolvimento econômico necessário para oferecer emprego urbano aos migrantes e aos trabalhadores pobres, não são suficientes para compreender os conflitos armados que matam homens jovens.

Com base nessas afirmações, esta pesquisa se propõe a responder à seguinte questão: **De que forma as políticas destinadas à economia e ao bem-estar da população são determinantes para a eficiência da Segurança Pública no Brasil?**

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO (FORMULAÇÃO DO PROBLEMA)

A questão da Segurança Pública se faz presente das definições de finalidade sobre a profissão dos militares do Exército Brasileiro ou, ainda, dos profissionais envolvidos nesta problemática, como no caso dos policiais militares e dos policiais civis. Com base neste argumento, faz-se importante refletir sobre o nível de eficiência da Segurança Pública na sociedade brasileira que, em muitas oportunidades, mostra-se ineficiente, e tem atingido alguns governadores, mídias e população em geral.

O tema Segurança Pública ganhou mais notoriedade nacional. Agora que a “epidemia” da insegurança se alastrou por todo o Brasil, a própria sociedade se mostra preocupada com o problema, e até já comunga com o preceito constitucional de que a Segurança Pública é responsabilidade de todos.

Faz-se importante salientar que a situação econômica e social da população influencia de maneira decisiva nos níveis de criminalidade e de violência social e, aliado a isto, deve existir a preocupação do Estado em investir nas Forças Regulares destinadas à Segurança

1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: Séries Históricas.** Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?edicao=25091&t=series-historicas>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

2 <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9497-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-em-2016>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Pública. Nesse contexto, as Forças Armadas, por determinação constitucional, são empregadas em situação de guerra e nas operações de Garantia da Lei e da Ordem, de acordo com o Art. 142 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016).

O risco é inerente a esta atividade profissional, e de acordo com o Estado-Maior das Forças Armadas, “o exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida” (BRASIL, 1995, p.11).

As Polícias não são os únicos órgãos responsáveis pela segurança da população e, se percebe que tem a função mais árdua de todos os outros órgãos de segurança, pois atuam na procura por criminosos e na execução das Leis, a fim de torná-las efetivas ao exigir o cumprimento das regras sociais e solucionar os seus conflitos. Daí a preocupação que deve ter o dirigente de um órgão policial com o perfil, com a remuneração, com o preparo técnico e operacional, com a coibição dos desvios de conduta, em face da vulnerabilidade com a criminalidade e com o risco de vida (COSTA, 1999).

Os membros da elite atribuem os problemas sociais como os maiores obstáculos à democracia nos dias atuais, e os atribuem à ineficácia das políticas públicas, não os relacionando como uma razão natural de razões estruturais ou de seus próprios comportamentos. Ainda, repudiam ações afirmativas como formas de inclusão de grupos marginalizados no processo de desenvolvimento econômico e social. Sobre isto, Reis (1998) afirma:

Se combinarmos essa rejeição quase unânime da ação afirmativa com o fato de que um número significativo de membros das elites brasileiras acha que o Estado não tem conseguido desempenhar seu papel social, é de se esperar que as elites estejam interessadas não na universalização dos direitos de cidadania e sim em alguma forma de assistencialismo para combater a pobreza (REIS, 1998, p. 284).

A obtenção de diminuição da pobreza por meio de políticas públicas dedicadas à diminuição da pobreza por meio da profissionalização alicerçada em educação técnica e em educação acadêmica em conjunto com políticas fiscais que incentivem investimentos da iniciativa privada dedicada à geração de empregos pode ser um caminho promissor para a diminuição da marginalização de parcela da população, com a consequente diminuição da violência e da criminalidade, na qual o Estado assume o papel de instituição digna de confiança dessa população.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é buscar entender a influência que alguns fatores socioeconômicos advindos da abertura política de 1985, e as consequentes políticas dessas naturezas até o ano do impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff geraram nas principais estruturas de Segurança Pública do Brasil, no que se refere ao aumento dos índices de criminalidade e de violência na sociedade brasileira.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- 1) Apresentar a situação atual da Segurança Pública no Brasil;
- 2) Identificar os principais setores da economia afetados pela deficiência em Segurança Pública;
- 3) Apresentar aspectos que caracterizam a dependência de fatores econômicos e sociais à Segurança Pública; e
- 4) Mostrar alguns efeitos da falta de Segurança Pública na sociedade brasileira.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ampla difusão das atividades das Polícias por parte das mídias geram na sociedade a ideia de que o policial deve ser priorizado no combate aos crimes, e não associa a Segurança Pública à garantia de outros direitos dos cidadãos, tais como emprego, a qualidade de vida e desenvolvimento da comunidade como um todo.

Diante desse paradigma, tem-se um policial de rua mais treinado para o enfrentamento e para a ação, em operações de patrulhamento, de abordagem, de busca, de imobilização, de confronto, de captura, de escolta e de custódia, do que para o diálogo, a mediação ou a conciliação.

A miséria da população conduz ao roubo e à prostituição. Na cidade de Fortaleza, por exemplo, na qual a taxa de emprego não acompanhou o crescimento demográfico, existe um alto índice de prostituição infantil e turismo sexual. Sobre isto, Chesnais (1999, p.55) afirma que: “O desemprego ou a ausência de renda levam à tentação da ilegalidade, visto ser fácil, por vezes, conseguir ganhos astronômicos à margem da lei”.

A degradação da Educação Pública é visível, por conta de alguns fatores como a desmotivação dos docentes por conta de baixa remuneração e falta de material de trabalho ou, ainda, por conta dos mecanismos de formação continuada que forçam a aprovação dos alunos nos Ensinos Fundamental e Médio, ou pelas condições de pobreza material e social dos alunos. Sobre isto, Chesnais (1999, p. 56) afirma: “[...] um grande número de crianças só vai à escola para comer, pois lhes é assegurada uma refeição. A escola não garante mais a transmissão dos conhecimentos básicos”.

Os fatores culturais relacionados à população brasileira e o aumento da população também são fatores importantes, pois o Brasil possui uma miscigenação gigantesca, com um grande paradoxo que se apresenta entre a cultura europeia dos brancos e cultura do terceiro mundo, dos negros e dos pobres, com a evidenciação da discriminação e do preconceito contra as classes mais desfavorecidas da população. “Nas prisões e necrotérios, a população é, em geral, negra ou mestiça; nas universidades, ela é 95% branca” (CHESNAIS, 1999, p.58).

O fim da Ditadura Militar, caracterizada de sobremaneira com um regime recessivo, denominado Regime de Recessão, deu-se com a abertura política de 1985, e a consequente abertura do mercado econômico com a globalização, fez-se abrir o Brasil para atividades ilegais, tais como o tráfico de drogas, que é muito difícil de se controlar e de se combater, em virtude de fatores demográficos, de vontades pessoais e de vontades políticas de se acabar esse tipo de problema.

O Estado ineficiente causa na população a sensação de insegurança e de desconfiança no Poder Público, o que a leva a acreditar em poderes paralelos, como aquele advindo dos traficantes de drogas, que, em algumas situações, fornecem os serviços que deveriam ser providos pelo Estado. Neste ponto, a influência do Estado sobre os indivíduos de uma sociedade marginalizada e discriminada passa a inexistir, e os cidadãos se “rendem” às vantagens proporcionadas pelo poder paralelo.

A Segurança Pública não é somente “a polícia”, que está inserida e integrada na Segurança Pública, como muitos outros setores. A Segurança Pública envolve os órgãos policiais (Polícia Civil e Polícia Militar), Corpo de Bombeiros Militares, Ministério da Justiça, órgãos responsáveis pelo controle das fronteiras e sistema carcerário, entre outros.

Na prática, a idealização de segurança pelos cidadãos é reduzida e diretamente associada à Polícia Militar, e uma parcela da população brasileira tem uma visão negativa sobre o desempenho desses profissionais. Indiscutivelmente, a Segurança Pública é um dos bens coletivos de maior importância para sociedade dos tempos modernos.

A CF/88 foi a primeira a incluir em seu texto um capítulo sobre a Segurança Pública, e trazer importantes avanços na legitimação da atuação estatal na formulação e na execução de políticas de segurança. Contudo, o modelo de Segurança Pública ainda está muito aquém de garantir a efetiva proteção da sociedade e precisa de profundas reformas.

No Capítulo da CF/88 que trata sobre Segurança Pública, em seu Art. 144, dispõe-se que esta é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Porém, o legislador constitucional foi econômico ao descrever, nos seus cinco incisos, apenas sobre as instituições policiais da União e dos Estados, sem abordar o papel de outros órgãos governamentais e da sociedade na prevenção à violência e criminalidade.

Outro aspecto importante de salientar é que deve haver um entrosamento bem organizado dos vários órgãos que são responsáveis pelo combate à criminalidade como, por exemplo, a polícia, o setor judiciário e legislativo, e estejam adequadamente comprometidos e unidos para criar leis coerentes com a realidade.

A violência sempre fez parte da humanidade, mas a preocupação da sociedade com este fenômeno aumentou com a modernidade e com a influência de fatores como consumismo, desigualdade social, a pobreza, e até mesmo a mídia.

O desenvolvimento de uma nação requer uma estratégia que é complexa e deve ser feita em partes bem definidas. Acerca disto, SICSÚ (2008) afirma que:

A primeira é o ponto final, ou seja, para onde se quer levar a sociedade. A segunda é a trajetória macroeconômica que deve facilitar a chegada ao ponto final. E a terceira são políticas públicas que devem objetivar, por um lado, fazer justiça social e, por outro, auxiliar a continuidade do desenvolvimento – por exemplo, políticas educacionais, políticas ambientais, políticas de redução das desigualdades de renda e de riqueza (SICSÚ, 2008, p. 8).

A Segurança Pública tem sido amplamente discutida devido ao crescimento assustador da criminalidade no país. Como dever de todos e obrigação do Estado, vê-se a necessidade urgente do comprometimento das Instituições e órgãos responsáveis, além dos políticos, em produzirem e executarem projetos de prevenção e repressão a atos criminosos, que sejam capazes de num primeiro momento reduzir os índices de violência, para que a população comece a se sentir um pouco mais segura.

### 3 METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho de pesquisa se baseou em um estudo exploratório realizado por meio de revisão bibliográfica de livros didáticos e de fontes de dados estatísticos da população brasileira relacionada à densidade demográfica, violência, segurança pública, indicadores sociais e indicadores econômicos.

De acordo com Lakatos e Marconi (1991), a pesquisa documental caracteriza-se pela fonte da coleta de dados, que está restrita a documentos escritos ou não, que são fontes primárias de informação. Por outro lado, a pesquisa bibliográfica, chamada de fontes secundárias, abrange a bibliografia já tornada pública sobre o assunto em tela, não restrita apenas a livros, revistas ou monografias e teses, mas também material filmado ou dito sobre determinado assunto, abrangendo assim entrevistas, programas de rádio ou qualquer outro material de qualquer meio de comunicação, entrevistas gravadas (transcritas ou não).

Andrade (1995) define pesquisa como o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.

Para Fachin (2001), o método em pesquisas consiste na escolha dos procedimentos sistemáticos mais adequados para a descrição e explicação do estudo. O método, então, não pode ser fruto de escolha aleatória, mas baseado principalmente na natureza do objeto e nos objetivos da pesquisa pretendida, para que seja o mais adequado possível aos fins almejados.

Lakatos e Marconi (1991) definem método como o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que visam alcançar o objetivo de conhecimentos válidos e verdadeiros com economia e segurança, através da determinação do caminho a ser seguido, e da detecção dos erros, auxiliando assim as decisões do pesquisador.

A presente pesquisa apresentará características exploratórias e descritivas, e buscará, por meio da realização de pesquisa bibliográfica e documental, alcançar como resultado uma pesquisa aplicada, que possa servir de suporte a novos estudos sobre o tema e reformulações das diretrizes hoje utilizadas para a Segurança Pública no Brasil.

Pretende-se apresentar de que forma as mudanças econômicas e sociais desde a abertura política influenciaram no estado atual da Segurança Pública no Brasil, bem como apresentar seu estado no ano de 2016 até o ano de 2019.

Pretende-se, para o atingimento do objetivo geral e dos objetivos específicos desta pesquisa, utilizar fontes bibliográficas e documentais. As fontes bibliográficas serão consultas

a livros, dicionários, jornais, entre outros, nas áreas de Segurança Pública, Estatística, Legislação, Economia e Administração Pública.

O embasamento teórico do trabalho foi obtido por meio das fontes bibliográficas, a fim de se obter argumentos para a análise textual. Serão utilizadas, ainda, monografias e consultas a documentos, com o propósito de ser possível apresentar as conclusões do trabalho com base nos dados coletados durante o desenvolvimento da pesquisa.

### 3.1 PREPARAÇÃO DA COLETA DE DADOS

A fundamentação teórica desta pesquisa se destinou a entender os conceitos de Segurança Pública e a evolução dos aspectos da população brasileira relacionada à violência e a fatores sociais e econômicos.

O desenvolvimento da pesquisa utilizar-se-á da revisão bibliográfica, por meio da qual serão levantados de dados de fontes primárias e de fontes secundárias, relacionados à densidade demográfica brasileira e às políticas direcionadas aos serviços públicos de educação, saneamento básico e fornecimento de energia elétrica, além dos dados relacionados a investimentos em Segurança Pública, de forma qualitativa e quantitativa.

A bibliografia escolhida para a coleta de dados e sua posterior análise desta pesquisa limitar-se-á ao período das publicações dos anos de 1985 a 2019, e será buscada no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no repositório da Biblioteca Virtual da Universidade do Sul de Santa Catarina, e nos repositórios da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), do Google Acadêmico e da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), com a finalidade de procurar entender por meio de dados qualiquantitativos os efeitos das políticas econômicas e sociais na evolução da Segurança Pública brasileira.

O tema escolhido possui os eixos de pesquisa, a partir dos quais foram definidos as palavras-chave e os descritores para o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso, de forma a entender as peculiaridades desses descritores e palavras-chave com a Segurança Pública no Brasil, a partir da abertura política proposta pelas Forças Armadas a partir do ano de 1995.

As palavras-chave que serão utilizadas para a pesquisa tanto de livros didáticos quanto de trabalhos acadêmicos e os anuários do IBGE serão: Estado, criminalidade e violência; enquanto os descritores utilizados serão: Segurança Pública, Poder Público, abertura política, políticas públicas, saneamento básico, energia elétrica, fatores sociais e fatores econômicos.

Os critérios adotados para a pesquisa serão os seguintes:

- a) Levantamento dos dados do IBGE relacionados aos descritores propostos para esta pesquisa;
- b) Pesquisas que descrevam a evolução da Segurança Pública nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010; e
- c) Pesquisas que abordem os aspectos relacionados à violência e a criminalidade brasileira e o papel do Estado na Segurança Pública;
- d) Pesquisas que visem ao entendimento do papel das Forças Armadas e dos órgãos de Segurança Pública na manutenção da lei e da ordem e na estabilização social em relação à criminalidade e à violência na sociedade civil.

As conclusões da pesquisa serão pautadas nas análises quantitativas e qualitativas dos dados coletados no período delimitado, a fim de se inferirem quais foram as influências que as políticas públicas relacionadas à Segurança Pública brasileira e as mudanças sociais e econômicas exerceram sobre os cenários de violência e criminalidade na sociedade brasileira, e destinar-se-ão a responder ao problema de pesquisa proposto para este Trabalho de Conclusão de Curso.

A elaboração do resumo será feita com base na introdução do trabalho, na qual serão apresentados a contextualização, o objetivo geral, os objetivos específicos, a relevância e a justificativa, a fundamentação teórica, os tópicos dos dados coletados e a sua análise; e, por fim, as conclusões relacionadas às inferências sobre o problema de pesquisa proposto e sugestões para trabalhos futuros.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS**

A coleta dos dados destinados à posterior análise nesta pesquisa foi realizada de forma cronológica, e obedeceu à obtenção dos descritores e das palavras-chaves definidas na preparação para a coleta desses dados bibliográficos e documentais.

### **4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS**

O ponto cronológico inicial definido para a elaboração deste trabalho de pesquisa foi o ano de 1985, quando o Ex-Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo concretizou as diretrizes que os Governos Militares vinham se propondo a realizar com relação à abertura política brasileira, e isto se deu face à pressão da população em relação ao regime de recessão que perdurava desde a década de 1960, nos idos do ano de 1964, conhecido como Golpe Militar.

### **4.2 ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA**

O Regime de Recessão brasileiro se apresentou politicamente como uma forma de ataque ao comunismo soviético que avançava pela América Central e pela América do Sul. Havia naquele momento uma difusão clara dos valores marxistas em várias partes do mundo, os quais eram veemente combatidos por países capitalistas liberais, capitaneados pelos Estados Unidos da América.

Neste cenário tenso, os Estados Unidos (EUA) e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) travavam a denominada Guerra Fria, que se baseava na manutenção e na aquisição de apoio doutrinário político dos países de direita e de esquerda, respectivamente.

O fim da Regime Militar, e a consequente abertura do mercado econômico, fez com que se intensificassem no país a prática de atividades ilegais, tais como o tráfico de drogas e o tráfico de armas, roubo de carros, narcotráfico, jogo e apostas clandestinas, prostituição infantil, entre outros, os quais são muito difíceis de controlar e de combater, pelo fato da grande extensão territorial brasileira e pela imensa faixa de fronteira seca existe com os países vizinhos da América do Sul, o que facilita em muito a disseminação de atividades ilegais e do crime organizado.

As décadas de 1960 e de 1970 se caracterizaram pelo aumento do fomento à industrialização e à geração e à distribuição de energia elétrica no Brasil, à época dos

Governos Militares, desde 31 de março de 1964. Sobre os primeiros passos dados pelo Regime Militar, frente às decisões acerca do controle político do país, Fleischer (1986) afirma que:

Nos primeiros dias após o golpe militar de 31 de março de 1964, deu-se um debate intenso dentro do Alto Comando sobre qual a melhor estratégia para "sanar" o sistema político. A primeira decisão foi a de não devolver o poder ao grupo político civil, rival do Governo Goulart, e que apoiou o golpe, como fizeram as Forças Armadas em 1945, 1954, 1955 e 1961. Esta decisão visou a permanência dos militares no poder durante um curto período, enquanto se processavam algumas "cirurgias" nos sistemas econômico e político. A segunda decisão foi mais difícil por visar a profundidade das cirurgias a serem praticadas no sistema político-eleitoral; enquanto já existia um consenso mais geral quanto à estratégia econômica. A facção militar de linha dura e nacionalista pregava uma cirurgia mais profunda e duradoura no sistema político, nos moldes dos seus colegas tenentistas dos anos 20 e 30. Este grupo pensava que o poder não deveria ser devolvido à classe política no médio prazo por ela não ter condições de governar, pois precisava de muitos expurgos e de uma reforma total do sistema político-eleitoral [...] (FLEISCHER, 1986, p. 20).

A eleição dos governadores passou a ser indireta e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República começou, da mesma forma, a ser realizada pelo Congresso Nacional, que continuou aberto e em funcionamento, mas com algumas prerrogativas institucionais e legislativas suspensas (FLEISCHER, 1986).

No início da década de 1980, mais precisamente no período dos anos de 1983 a 1984, com quase vinte anos de regime militar, a população brasileira ansiava por um processo de abertura política, o que culminou com grandes movimentos populares, denominados por Diretas Já, para que a democratização do país pudesse se reestabelecer. O ano de 1985 foi o grande marco da reabertura política, quando o General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente do Brasil, no período de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985.

O Presidente Figueiredo enviou proposta de emenda constitucional para que fossem autorizadas, por decreto em abril de 1984, as eleições indiretas para Presidente da República, nas quais Tancredo de Almeida Neves foi eleito por meio de um Colégio Eleitoral, mas por conta de um problema de saúde e posterior falecimento, assumiu em 15 de março de 1985, José Sarney de Araújo Costa, como o 31º Presidente da República Federativa do Brasil.

Após cinco anos de Governo, O Presidente José Sarney foi substituído por Fernando Collor de Mello, em 15 de março de 1990, e renunciou em 29 de dezembro de 1992, por conta de processo de [impeachment](#). Ao contrário de José Sarney, Collor de Mello foi eleito por voto popular. Neste contexto, o Brasil passa a viver um cenário democrático, marcado por momentos de dificuldade financeira, a exemplo do Governo de Collor de Mello, na ocasião dos confiscos de aplicações de pessoas físicas e jurídicas em bancos públicos e em bancos privados, denominado por Plano Collor, e que destinava à estabilização da inflação e a reformas econômicas.



### 4.3 O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NAS DINÂMICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança Pública não se restringe apenas às Polícias das esferas Estadual e Federal, por estar associada a muitos outros setores integrados e nela inseridos. Teoricamente, a estrutura de segurança envolve os órgãos policiais, Corpo de Bombeiros, Ministério da Justiça, controle de fronteiras e sistema prisional, por exemplo.

Na prática, A Segurança Pública é percebida, reduzida e diretamente associada pela população civil à Polícia Militar e, indiscutivelmente, a segurança pública é um dos bens coletivos de maior importância para sociedade nos tempos modernos.

De acordo com Brasil (2016), a Segurança Pública é dever do Estado e, no Art. 144 da CF/88 assevera:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 2016, p. 90).

Um ponto importante a ser observado é que a segurança privada tem ganhado espaço considerável em relação às atividades de segurança da sociedade, face à ineficácia dos sistemas de Segurança Pública. De acordo com Gonçalves (2015), a origem dessa ineficácia se apresenta pelas seguintes causas:

Além da falta de engajamento efetivo do Estado, são vários os problemas elencados como fatores contribuintes para a ineficácia do Sistema de Segurança Pública no Brasil. Como exemplo, verifica-se a política da hiperostensividade policial, ou seja, a busca pelo aumento, cada vez maior, do número de policiais nas ruas, especialmente nos Estados, fundada na ideia de que a saturação evita o cometimento de crimes e reduz a criminalidade (GONÇALVES, 2015, p. 13).

As atuações dos Poderes da República na Segurança Pública é essencial, e as Polícias Civil e Militar são de responsabilidade dos Estados, e por eles devem ser mantidos com recursos financeiros estaduais e federais. Desta forma, deve existir uma relação harmônica entre as esferas federal e estadual, em busca de novas soluções para as questões relacionadas às atividades de segurança pública que sejam eficazes no combate à violência e à criminalidade.

#### 4.3.1 Poder Público

O Poder Público é o conjunto dos órgãos com autoridade para realizar os trabalhos do Estado, constituído de Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. A expressão é utilizada também no plural (poderes públicos), também chamados de poderes políticos. Em sentido amplo, representa o próprio governo, o conjunto de atribuições legitimadas pela soberania popular.<sup>3</sup>

A independência e a harmonia dos três Poderes da República é um ponto importante da Constituição Federal de 1998, e previsto em seu Art. 2º (BRASIL, 2016). Essa previsão se faz importante por conta das funções específicas de cada um dos poderes republicanos, a fim de que as ações sejam feitas de forma a garantir o bem comum da sociedade brasileira.

As situações conflituosas entres os Poderes geram problemas graves nas conduções das políticas públicas econômicas e sociais, pelo fato de que o Poder Executivo não consegue atender às demandas necessárias para o bem-estar social pelos embargos criados entre este Poder e os Poderes Legislativo e Judiciário.

Uma situação atual que pode elucidar a desarmonia entre os três Poderes é a crise institucional causada pela pandemia de coronavírus no Brasil, na qual o Presidente da República ficou sem poder decisório em relação a esta pandemia por conta de uma decisão do Poder Judiciário de 2ª instância, mais especificamente o STF (Superior Tribunal Federal).

As políticas de Segurança Pública deixaram a desejar no que se refere à evolução de seus planos de ação. Houve poucas mudanças nos últimos cinquenta anos, os governos foram seguindo os mesmos modelos, sem mudanças significativas e o que foi feito para o benefício da população ficou limitado ao gerenciamento de crises.

Durante esse período, que se inicia na década de 1960, não houve maiores preocupações em diagnosticar o motivo do aumento da criminalidade e da violência urbana, o que hoje afeta, e muito, tanto a segurança do cidadão, como o seu acesso aos serviços do Estado em saúde, educação, infraestrutura, economia, trabalho, lazer, entre outros.

Os órgãos estatais sentem-se impotentes e incapazes para debelar sozinhos esta crescente onda de violência. A polícia figura, principalmente no imaginário das pessoas, como principal instrumento do Estado encarregada de manter a ordem pública e a paz social.

Faz necessário, além de leis mais severas, menos burocráticas e mais condizentes com a situação atual, promover a união de todos os segmentos da sociedade, em especial o Poder

---

3 Definição de Poder Público. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Poder\\_p%C3%BAblico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Poder_p%C3%BAblico)>. Acesso em: 5 jul. 2020.

Público, para a consolidação de um Poder Policial verdadeiramente forte, e que trabalhe em interatividade com a população, para fins de combate à marginalidade, na busca do ideal comum de uma Segurança Pública mais adequada e constante.

A sociedade brasileira credita o combate à criminalidade e à violência urbana como uma atribuição fundamental e indispensável do Estado Brasileiro. Para os cidadãos, além do Poder Público prover e assistir na saúde, lazer, infraestrutura, educação, etc., tem que promover também serviços que garantam o bem-estar social, garantam a integridade física das pessoas e protejam seus patrimônios.

Para que isso seja possível, os Estados democráticos tentam manter a ordem por meio de institutos legais que estabeleçam limites e parâmetros a serem seguidos pela população, delimitando seu poder de atuação.

A violência urbana chama a atenção diariamente, principalmente nas manchetes dos jornais, que fazem questão de fazer disso algo extremamente notório. De acordo com Chisnais (1999):

[...] assombra as consciências, de tal forma é ameaçadora, recorrente e geradora de um profundo sentimento de insegurança. Essa evolução é sintoma de uma desintegração social, de um mal-estar coletivo e de um desregramento das instituições públicas (CHESNAIS, 1999, p. 54).

A sociedade brasileira mostra-se insatisfeita e insegura com a atuação dos órgãos que compõem o sistema de Segurança Pública. Não cabe somente, no âmbito federal, à Polícia Federal, à Rodoviária Federal e à Ferroviária Federal; no âmbito Estadual, à Polícia Militar e à Polícia Civil; e no âmbito Municipal, às suas Guardas Municipais, a responsabilidade em enfrentar e diminuir a violência, pois, a Segurança Pública é um sistema complexo.

O sistema que integra a Segurança Pública contempla os elementos das diversas ações de caráter preventivo (Educação, Saúde, emprego, policiamento preventivo); legislação penal (definição de crimes e penas); persecução penal (atuação dos órgãos policiais de investigação e do Ministério Público); processo penal (julgamento do acusado pelo juiz); execução penal (cumprimento da pena pelo condenado) e a ressocialização (reintegração do preso à sociedade).

Os elementos do sistema de Segurança Pública são interdependentes e interagem entre si, e formam um conjunto que precisa ser administrado em sua integralidade e em cada uma de suas partes, uma vez que todas as variáveis, internas e externas, influenciam todo o sistema e os seus resultados.

#### 4.3.2 Políticas Públicas

A estruturação de todos os órgãos são responsáveis em assegurar a manutenção da ordem pública, a incolumidade física das pessoas e a preservação de seus patrimônios é necessária, e se destina a buscar soluções em políticas públicas capazes de eficientemente combater todos os problemas enfrentados pela sociedade, que acabam por atingir, enfraquecer e sobrecarregar outros setores públicos, e se torna cada vez mais difícil de desentranhar os motivos que levam a esta condição precária de violência e de criminalidade.

A descontinuidade dos projetos de Segurança Pública é um dos problemas também encontrados no Brasil, pois tais programas exigem continuidade que, por sua vez, necessitam de esforços políticos. Todavia, no mundo político, há muita rotatividade e jogo de vaidades, no qual prevalece, em muitas vezes, a vontade do individual em detrimento do bem da coletividade, o que causa interrupção de projetos que poderiam trazer um bom diferencial de bem-estar social no país.

Além dos fatores socioeconômicos, a omissão do Estado perante seu dever de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas também é uma causa da violência urbana, pois não há prevenção suficiente e eficiente, e torna mais complicada a repressão dessa violência pelas autoridades competentes.

Em outra perspectiva, as instituições responsáveis pela Segurança pública não se prepararam adequadamente para o enfrentamento ao aumento do consumo e do tráfico de drogas, e do crescimento do crime organizado no Brasil.

É importante salientar que, nos últimos vinte anos, a partir da década de 1990, aumentou a quantidade de estudos relacionados à violência e suas causas, à políticas e aos projetos de Segurança Pública e, neste contexto, é possível perceber os motivos e as características do fenômeno criminalidade, assim como quem são seus autores, suas vítimas e quais as consequências para a sociedade.

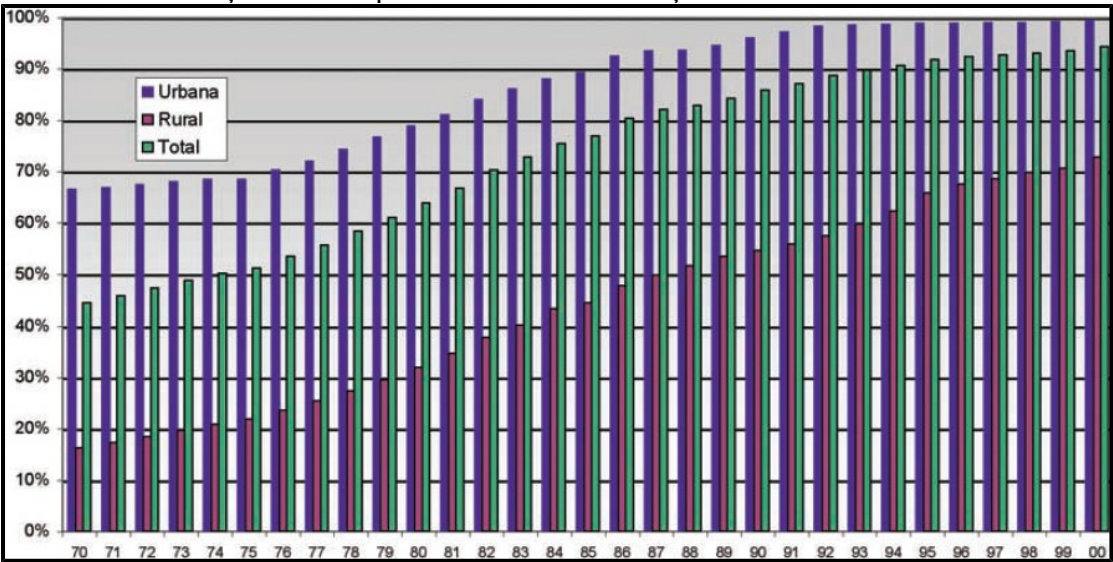
##### 4.3.2.1 Energia elétrica

Os percentuais de aumento de eletrificação em áreas rurais são menores que nas áreas urbanas do Brasil. Sobre esta análise, a ANEEL (2002) destaca seus aspectos econômicos:

[...] Uma análise desses dados indica que o período de maior crescimento da taxa de eletrificação no Brasil foi entre 1975 e 1985, quando o índice de atendimento dos domicílios passou de 51% para 77% (na área rural, passou de 22% para 45%). Nos anos 1990, cresceu 8,4 pontos percentuais e, nos últimos cinco anos, apenas 2,5 pontos percentuais (ANEEL, 2002, p. 120).

O Gráfico 1 elucida essas afirmações, relacionadas à eletrificação urbana e rural nos domicílios brasileiros, no período dos anos de 1970 a 2000.

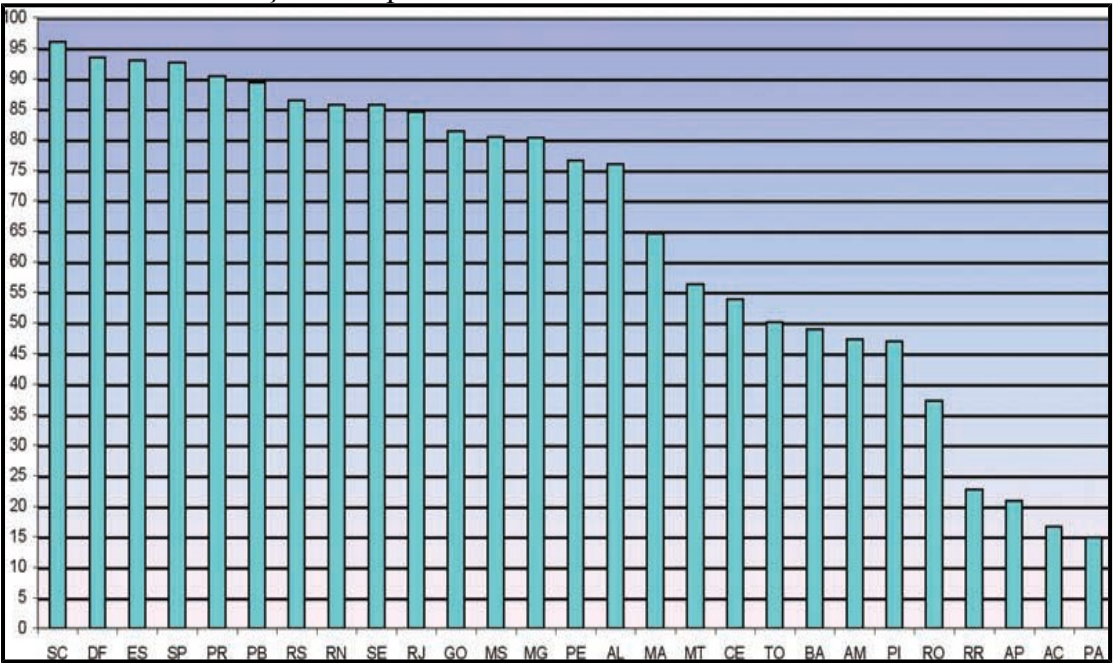
**Gráfico 1:** Evolução da taxa percentual de eletrificação rural e urbana entre 1970 e 2000



Fonte: ANEEL (2002, p. 120).

A eletrificação rural, de forma mais pontual, é abordada no Atlas de Energia Elétrica da ANEEL do ano de 2000. Percebe-se pelo Gráfico 2 que os Estados brasileiros da região Norte possuíam uma taxa baixa de eletrificação.

**Gráfico 2:** Eletrificação rural percentual dos Estados Brasileiros em 1999



Fonte: ANEEL (2000, p. 121).

#### 4.3.2.2 Saneamento básico

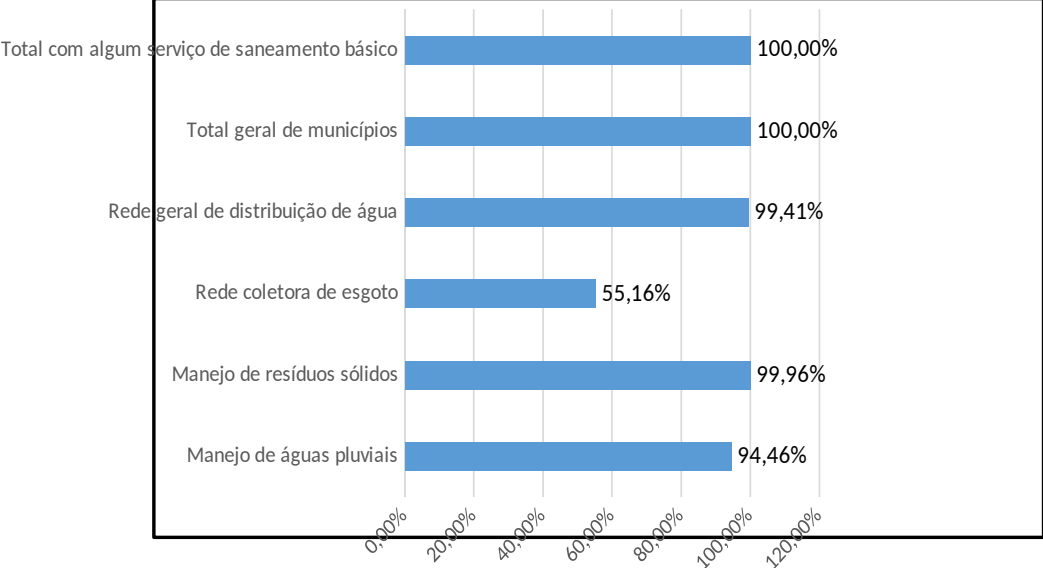
As políticas de saneamento básico se estabelecem como um dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH) em um determinado país, a fim de trazer uma situação de

bem-estar social e de saúde para a coletividade. No Brasil, o saneamento básico é um ponto sensível e pouco explorado pelo Governo Federal, isto no decorrer dos anos.

A realização de obras de saneamento básico demandam altas quantidades de recursos financeiros e de recursos humanos e, por conta de ser algo que não se percebe a olhos vistos, como obras de pontes, aeroportos e outras, os governos preferem deixar tais obras em segundo plano, e a benesse do saneamento básico acaba sendo percebida somente pelas classes mais privilegiadas economicamente na sociedade.

O Gráfico 3 apresenta o percentual de acesso aos serviços de saneamento básico (Manejo de águas pluviais, Manejo de resíduos sólidos, Rede coletora de esgoto e Rede geral de distribuição de água). Percebe-se que o problema crônico reside na coleta de esgoto, o que é em muito prejudicial à Saúde Pública.

**Gráfico 3:** Acesso a serviços de saneamento básico por município (%) em 2008



Fonte: IBGE (2020).

A Tabela 1 apresenta a evolução do saneamento básico nos anos de 2000 e 2008, com a ressalva de que o município pode apresentar mais de um tipo de serviço de saneamento básico.

**Tabela 1:** Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000/2008 (Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais)

| Grandes Regiões e Unidades da Federação | Municípios |       |                                        |       |                               |       |                         |       |                    |       |                          |       |
|-----------------------------------------|------------|-------|----------------------------------------|-------|-------------------------------|-------|-------------------------|-------|--------------------|-------|--------------------------|-------|
|                                         | Total      |       | Com algum serviço de saneamento básico |       |                               |       |                         |       |                    |       |                          |       |
|                                         |            |       | Total                                  |       | Tipo de serviço               |       |                         |       |                    |       |                          |       |
|                                         |            |       |                                        |       | Rede geral de distribuição de |       | Rede coletora de esgoto |       | Manejo de resíduos |       | Manejo de águas pluviais |       |
|                                         | 2000       | 2008  | 2000                                   | 2008  | 2000                          | 2008  | 2000                    | 2008  | 2000               | 2008  | 2000                     | 2008  |
| Brasil                                  | 5 507      | 5 564 | 5 497                                  | 5 564 | 5 391                         | 5 531 | 2 877                   | 3 069 | 5 475              | 5 562 | 4 327                    | 5 256 |
| Norte                                   | 449        | 449   | 446                                    | 449   | 422                           | 442   | 32                      | 60    | 445                | 449   | 222                      | 403   |

|                     |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |
|---------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Rondônia            | 52    | 52    | 51    | 52    | 39    | 48    | 5     | 5     | 51    | 52    | 21    | 46    |
| Acre                | 22    | 22    | 22    | 22    | 22    | 22    | 3     | 6     | 22    | 22    | 11    | 22    |
| Amazonas            | 62    | 62    | 62    | 62    | 60    | 62    | 1     | 11    | 61    | 62    | 30    | 46    |
| Roraima             | 15    | 15    | 15    | 15    | 15    | 15    | 2     | 6     | 15    | 15    | 4     | 15    |
| Pará                | 143   | 143   | 141   | 143   | 132   | 140   | 12    | 9     | 141   | 143   | 103   | 134   |
| Amapá               | 16    | 16    | 16    | 16    | 16    | 16    | 5     | 5     | 16    | 16    | 6     | 3     |
| Tocantins           | 139   | 139   | 139   | 139   | 138   | 139   | 4     | 18    | 139   | 139   | 47    | 137   |
| Nordeste            | 1 787 | 1 793 | 1 782 | 1 793 | 1 722 | 1 772 | 767   | 819   | 1 769 | 1 792 | 1 227 | 1 615 |
| Maranhão            | 217   | 217   | 212   | 217   | 198   | 215   | 6     | 14    | 204   | 216   | 109   | 209   |
| Piauí               | 221   | 223   | 221   | 223   | 200   | 218   | 3     | 10    | 217   | 223   | 211   | 223   |
| Ceará               | 184   | 184   | 184   | 184   | 183   | 184   | 90    | 128   | 184   | 184   | 124   | 183   |
| Rio Grande do Norte | 166   | 167   | 166   | 167   | 159   | 167   | 52    | 59    | 165   | 167   | 14    | 167   |
| Paraíba             | 223   | 223   | 223   | 223   | 211   | 212   | 131   | 163   | 223   | 223   | 180   | 222   |
| Pernambuco          | 185   | 185   | 185   | 185   | 182   | 185   | 166   | 163   | 185   | 185   | 169   | 169   |
| Alagoas             | 101   | 102   | 101   | 102   | 101   | 102   | 38    | 42    | 101   | 102   | 85    | 87    |
| Sergipe             | 75    | 75    | 75    | 75    | 75    | 75    | 50    | 26    | 75    | 75    | 71    | 75    |
| Bahia               | 415   | 417   | 415   | 417   | 413   | 414   | 231   | 214   | 415   | 417   | 264   | 280   |
| Sudeste             | 1 666 | 1 668 | 1 666 | 1 668 | 1 666 | 1 668 | 1 547 | 1 586 | 1 666 | 1 667 | 1 468 | 1 643 |
| Minas Gerais        | 853   | 853   | 853   | 853   | 853   | 853   | 757   | 781   | 853   | 853   | 671   | 831   |
| Espírito Santo      | 77    | 78    | 77    | 78    | 77    | 78    | 70    | 76    | 77    | 78    | 77    | 76    |
| Rio de Janeiro      | 91    | 92    | 91    | 92    | 91    | 92    | 79    | 85    | 91    | 91    | 90    | 91    |
| São Paulo           | 645   | 645   | 645   | 645   | 645   | 645   | 641   | 644   | 645   | 645   | 630   | 645   |
| Sul                 | 1 159 | 1 188 | 1 157 | 1 188 | 1 142 | 1 185 | 451   | 472   | 1 149 | 1 188 | 1 094 | 1 172 |
| Paraná              | 399   | 399   | 399   | 399   | 398   | 399   | 152   | 168   | 399   | 399   | 377   | 399   |
| Santa Catarina      | 293   | 293   | 292   | 293   | 283   | 292   | 87    | 103   | 291   | 293   | 269   | 292   |
| Rio Grande do Sul   | 467   | 496   | 466   | 496   | 461   | 494   | 212   | 201   | 459   | 496   | 448   | 481   |
| Centro-Oeste        | 446   | 466   | 446   | 466   | 439   | 464   | 80    | 132   | 446   | 466   | 316   | 423   |
| Mato Grosso do Sul  | 77    | 78    | 77    | 78    | 77    | 78    | 24    | 35    | 77    | 78    | 72    | 78    |
| Mato Grosso         | 126   | 141   | 126   | 141   | 119   | 139   | 18    | 27    | 126   | 141   | 97    | 98    |
| Goiás               | 242   | 246   | 242   | 246   | 242   | 246   | 37    | 69    | 242   | 246   | 146   | 246   |
| Distrito Federal    | 1     | 1     | 1     | 1     | 1     | 1     | 1     | 1     | 1     | 1     | 1     | 1     |

Fonte: IBGE (2008).

A Tabela 1 mostra que a coleta de esgoto é um problema crônico nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, enquanto os estados da região Sudeste apresentam um alto grau de disponibilidade dos quatro serviços de saneamento apresentados.

#### 4.4 EFEITOS DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS NA SEGURANÇA PÚBLICA

O aumento populacional desenfreado das cidades brasileiras é uma tendência implacável e, à medida que as cidades crescem e se expandem, os conflitos armados e a violência também crescem. Esta violência urbana é, em grande parte, gerada por confrontos entre as forças de Polícia dos Governos, as gangues criminosas e as organizações transnacionais de tráfico de drogas, bem como a luta entre os próprios grupos criminosos, como acontece com as milícias na cidade do Rio de Janeiro

Em suma, o aumento da violência urbana é uma resposta às mudanças ocorridas na demografia do País, o chamado êxodo rural. Historicamente, a mudança de pequenos assentamentos rurais para áreas urbanas densas e maiores tem estado intimamente ligada à industrialização e ao crescimento econômico. A falta de moradia, o precário atendimento da saúde pública, a falta de religiosidade, do apego a uma crença, também são fatores causadores deste fenômeno violência.

O desenvolvimento econômico impulsionou a urbanização, mas infelizmente, enquanto cidades como São Paulo e Rio de Janeiro cresceram rapidamente, as economias locais e nacionais ficaram para trás, e os Governos não conseguiram atender à demanda crescente por serviços públicos e de infraestrutura, o que levou milhões de pessoas a viverem em condições de pobreza, nas comunidades urbanas, em áreas de risco ou em assentamentos informais, e grande parte dessas pessoas não tem acesso a serviços básicos como moradia, água tratada, saneamento básico, saúde e educação.

Os custos do Estado e da iniciativa privada com Segurança tem se mostrado um fator determinante no entendimento de que o Estado não se mostra eficiente na manutenção de níveis aceitáveis de segurança e de bem-estar social. O resultado é um aumento considerável das empresas privadas e da sociedade civil com segurança privada.

A Tabela 2 mostra que os gastos com segurança privada no Brasil ultrapassam aqueles realizados pelos Governos das esferas Estadual e Federal. O problema reside em um sistema complexo, no qual a falta dos serviços básicos que deveriam ser fornecidos à população não o são e, desta forma, a desatenção do Estado faz em muito aumentar a criminalidade, e se apresenta um ciclo vicioso na sociedade.

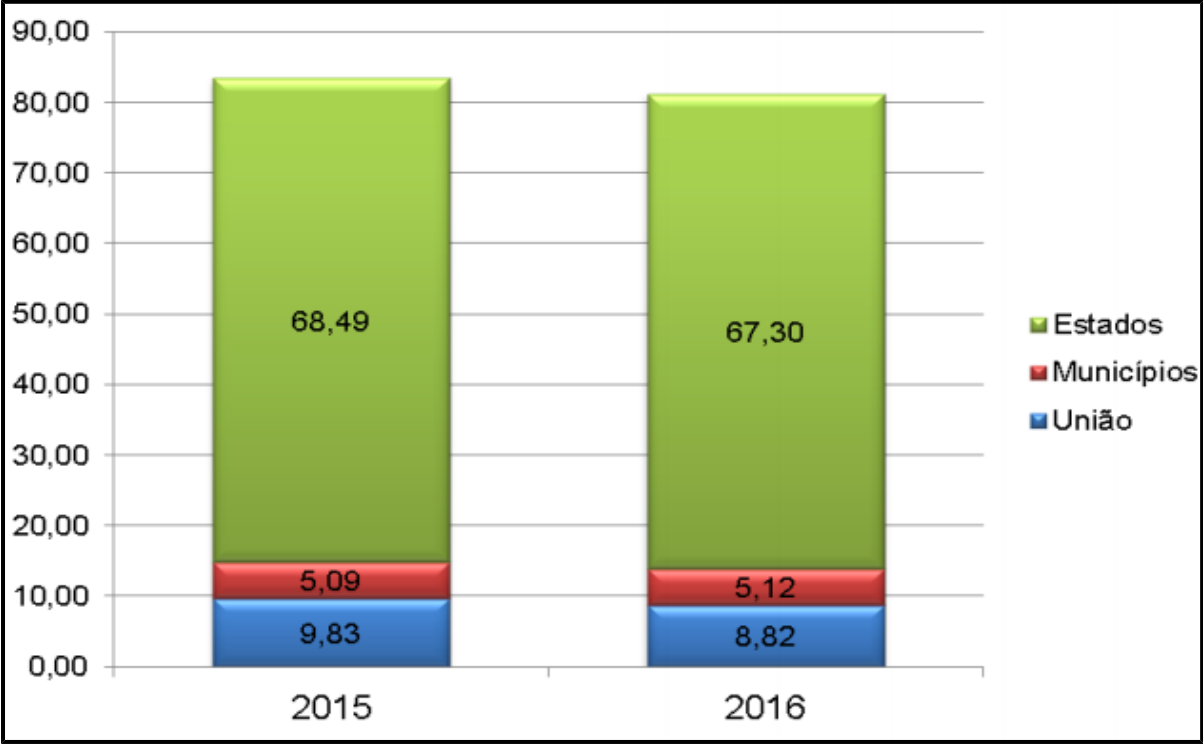
**Tabela 2:** Custos econômicos da violência no Brasil em 2016

| Custo econômico da violência no Brasil |                |                   |                           |
|----------------------------------------|----------------|-------------------|---------------------------|
| Componente                             | Ano de cálculo | Percentual do PIB | Bilhões de R\$ (PIB 2016) |
| Custos privados (I)                    |                | 4,2%              | 262                       |
| Custos intangíveis com homicídios*     | 2012           | 2,5%              | 157                       |
| Gastos com segurança privada e seguros | 2004           | 1,7%              | 105                       |
| Despesas públicas (II)                 |                | 1,7%              | 111                       |
| Sistema de saúde                       | 2003           | 0,1%              | 9                         |
| Segurança pública (polícia)            | 2015           | 1,4%              | 88                        |
| Sistema prisional**                    | 2013           | 0,2%              | 14                        |
| Custo da violência no Brasil (I+II)    |                | 5,9%              | 373                       |

**Fonte:** IPEA (2009, p. 12).  
Notas: Trata-se de uma aproximação com base em Cerqueira (2014) e Cerqueira et al. (2007), atualizados com base no PIB corrente de 2016. \*\*Consideramos os valores apurados pela CPI do Sistema Carcerário Brasileiro (2015, p. 67) para os Estados e acrescentamos os gastos diretos da União.

Os gastos com Segurança Pública se apresentam como uma parcela considerável do Produto Interno Bruto (PIB), pois a falta de investimento em bem-estar social gera criminalidade e violência. O Gráfico 4 apresenta as despesas com Segurança Pública nos anos de 2015 e 2016, com os quantitativos em bilhões de reais desembolsados pela União, Estados e Municípios.

**Gráfico 4:** Despesas realizadas com a Função Segurança Pública (2015-2016) – Em R\$ bilhões constantes de 2016



Fonte: SILVA (2018, p. 9).

Os membros da elite atribuem os problemas sociais como os maiores obstáculos à democracia nos dias atuais, e os atribuem à ineficácia das políticas públicas, não os relacionando como uma razão natural de razões estruturais ou de seus próprios comportamentos. Ainda, repudiam ações afirmativas como formas de inclusão de grupos marginalizados no processo de desenvolvimento econômico e social. Sobre isto, Reis (1998) afirma:

Se combinarmos essa rejeição quase unânime da ação afirmativa com o fato de que um número significativo de membros das elites brasileiras acha que o Estado não tem conseguido desempenhar seu papel social, é de se esperar que as elites estejam interessadas não na universalização dos direitos de cidadania e sim em alguma forma de assistencialismo para combater a pobreza (REIS, 1998, p. 284).

A identificação das principais causas para o aumento da violência e do crime, principalmente o crime organizado, em um país imenso e diversificado como o Brasil, não é tarefa fácil, principalmente por que a criminalidade envolve uma diversidade ampla de tipos de crimes, associada a dinâmicas sociais muito diferentes. Portanto, é importante entender que dificilmente seria possível identificar uma causa específica que sintetiza-se o complexo universo heterogêneo da criminalidade. (SOARES, 2006).

A idealização de um sistema de distribuição de rendas para atendimento das políticas públicas esbarra em fatos concretos de ilícitos ao erário, como desvios de verbas para enriquecimento ilícito de agentes públicos.

#### 4.4.1 Educação

A desestruturação familiar também se inclui na lista de causas de violência, pois quem deveria dar instrução e educação, e dar os bons exemplos de civilidade, muitas vezes o faz erroneamente.

A educação, que é a base da prevenção de muitos males sociais, é então prejudicada já neste momento, quando os pais falham, e deixam as crianças entregues à própria sorte, a partir do momento em que o pai e a mãe têm que buscar no trabalho um sustento para a família, e acabam ficando tempo demais fora de suas casas.

A educação das crianças se torna prejudicada nesse cenário de abandono familiar, com as escolas brasileiras se apresentando como um cenário de caos, nas quais as crianças, sem assistência mínima em suas residências, em muitas oportunidades, buscam nessas escolas um meio de subsistência.

A Tabela 3 apresenta a taxa de alfabetização nas cinco regiões do território nacional, e faz a discriminação entre os indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino, e observa-se que as regiões Sul e Sudeste apresentam os maiores índices de alfabetização no país, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres.

**Tabela 3:** Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo e por região no ano de 2015

| Ano - 2015             |        |          |
|------------------------|--------|----------|
| Brasil e Grande Região | Sexo   |          |
|                        | Homens | Mulheres |
| Brasil                 | 91,7   | 92,3     |
| Norte                  | 90,1   | 91,7     |
| Nordeste               | 82,0   | 85,5     |
| Sudeste                | 96,1   | 95,3     |
| Sul                    | 96,3   | 95,4     |
| Centro-Oeste           | 94,0   | 94,6     |

Fonte: IBGE (2015).

4.4.2 Criminalidade e Violência

A violência gera o medo, e este por si só acaba gerando mais violência, tornando-se um ciclo vicioso muito difícil de ser desfeito. Desde tempos passados, existe uma preocupação do ser humano em entender a essência do fenômeno da violência, sua natureza, suas origens e meios apropriados, a fim de atenuá-la, preveni-la e eliminá-la da convivência social.

A população brasileira se sente insegura e impotente com aumento da escalada da violência em um país por ela assolado, e que acomete não somente aos grandes centros, como também as cidades de menor porte e de menos importância econômica e, estas também têm ansiedade por uma Segurança Pública mais eficiente e presente.

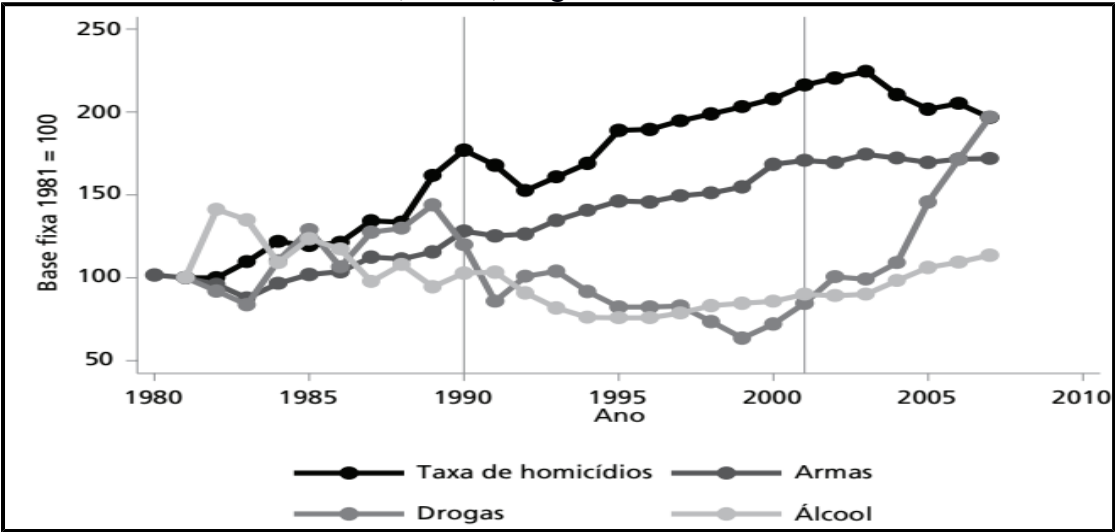
Cerqueira (2014) afirma que a criminalidade violenta constitui um grande problema econômico, pelo fato de causar alterações nos preços de bens e de serviços, e contribuir para a inibição de acumulação de capital físico e humano, e para a inibição do desenvolvimento de determinados mercados.

O índice elevado de atos hostis faz parte das rodovias brasileiras, com fatos ocorridos nos últimos anos principalmente, com destaque aos locais mais afastados dos centros, nos quais há a maior incidência destes crimes, principalmente pelas dificuldades desse manter patrulhamento policial, causa as finanças das empresas um grande prejuízo, impulsionado pelo aumento dos investimentos em equipamentos de segurança ou mesmo equipes de segurança, principalmente roubos e furtos de cargas, desafiando a logística de transporte terrestre.

Segundo Carolina Pimentel, a disputa pelo controle de fronteiras do tráfico de drogas na região, levou a um enorme aumento da violência, de 2015 para 2016, o número de homicídios subiu 86%. Só no Acre, são 1,4 mil quilômetros de fronteiras com a Bolívia e o Peru, os maiores produtores de cocaína do mundo (MOREIRA, 2018).

O Gráfico 4 apresenta o cenário de mortes com base fixa em 1981, no período de 1981 a 2007. O consumo de drogas, a utilização de armas e a taxa de homicídios aumentou no decorrer do tempo, enquanto o consumo de álcool, que é uma substância lícita, manteve-se em níveis regulares nesse período, com crescimento entre os anos de 1995 e 2007, e grandes oscilações entre os anos de 1981 e 1984.

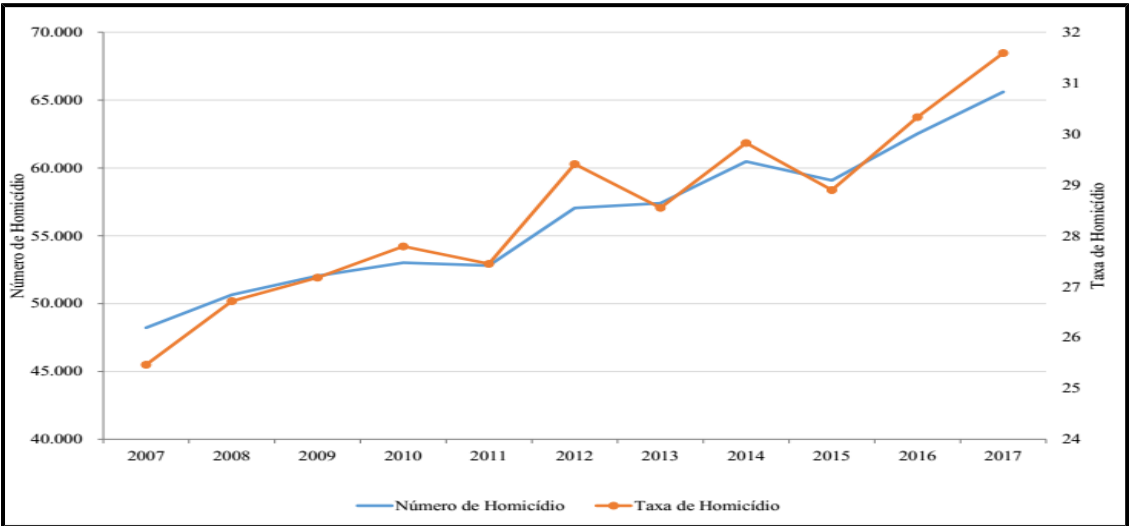
**Gráfico 5:** Taxa de homicídios, armas, drogas ilícitas e álcool no Brasil



Fonte: Cerqueira (2014, p. 45).

O Gráfico 5 apresenta a evolução do número de homicídios no Brasil entre os anos de 2007 e 2017, e a taxa de mortes por homicídio por milhão. Nota-se que houve aumento nos dois índices, com ligeira queda entre os períodos dos anos de 2010 e 2011, 2012 e 2013 e 2014 e 2015.

**Gráfico 6:** Brasil: número e taxa de homicídio (2007-2017)



Fonte: IPEA (2019, p. 5).

A pesquisa feita pela organização não governamental (ONG) Centro de Liderança Pública (CLP), demonstrou que vários estados brasileiros estão perdendo competitividade por causa da violência, atingindo todas as regiões do território nacional, massa frente mostraremos gráficos para melhor entendimento deste avanço da violência. Inicialmente podemos tratar, por exemplo, do caso do estado do Acre, que perdeu oito posições no ranking nacional em decorrência da violência, e agora está na última colocação na área de Segurança Pública, passou de 5º colocado (em 2015) para 20º (em 2018). (MOREIRA, 2018).

De acordo com Moreira (2018), o estado do Rio de Janeiro é um grande exemplo dos prejuízos causados pela insegurança, esta situação gerou uma grave crise financeira, e a cada ano o estado vem perdendo posições no ranking nacional, no ano de 2015, estava no oitavo lugar, em 2018, passou para o 13º.

Moreira (2018) afirma que, no que se refere à eficiência da máquina pública estadual, a arrecadação do Estado do Rio de Janeiro caiu do 10º para o 15º lugar. Em solidez fiscal, está na última posição. Um dos motivos para ficar em último, conforme a pesquisa, é que o Rio de Janeiro acumula uma dívida superior a R\$ 90 bilhões, consequência da política de desonerações tributárias e do “*excessivo gasto com a máquina pública*”, que teriam levado à redução da arrecadação no estado.

O envolvimento, a conscientização e a cooperação da sociedade como um todo é fundamental para alcançar objetivos de garantir a tão sonhada segurança, entretanto, é fato presente que a sociedade, em sua maioria, ainda não sente na polícia a segurança necessária para impedir o crescente aumento da criminalidade no país.

Há uma grande preocupação com a violência urbana e com as consequências que ela remete a sociedade brasileira como um todo. São tratados em reuniões diárias dentro das organizações públicas ligadas à segurança pública, meios de combater, diminuir e amenizar os

efeitos que essa condição de insegurança vivida pelo Brasil traz à sociedade e a economia de uma região ou Estado da Federação.

A cada ano a situação no Brasil se agrava, e a imagem que o país tem no exterior é prejudicada pelas notícias constantes de marginalidade, de corrupção, de homicídios, etc., afastando, por exemplo, investidores, que poderiam alavancar o desenvolvimento brasileiro.

Os fatores que envolvem o aparecimento e a disseminação da criminalidade são muitos e, em conjunto, potencializam os riscos de atos violentos. Os fatores socioeconômicos fazem parte desta lista como, por exemplo, a pobreza, a fome e o desemprego. Entre as camadas mais pobres da população, a subsistência é precária, e grande número dos crimes são cometidos sob império da necessidade. Esse tipo de crime desapareceu da Europa no século passado.

A miséria conduz ao roubo e à prostituição. Uma cidade como Fortaleza, onde a taxa de emprego não acompanhou o crescimento demográfico, está contaminada pela prostituição infantil e pelo turismo sexual. “O desemprego ou a ausência de renda levam à tentação da ilegalidade, visto ser fácil, por vezes, conseguir ganhos astronômicos à margem da lei” (CHESNAIS, 1999, p.55).

Os agentes de segurança estão inseridos nesse cotidiano de violência e criminalidade, atendendo ocorrências das mais diversas, arriscam a sua vida para salvar a do próximo, e nem sempre são valorizados como deveriam, aliás, no Brasil, os profissionais de Segurança Pública têm sofrido com as cobranças para que realize o seu trabalho.

A observação livre do cenário dos crimes praticados nas cidades do Rio de Janeiro ou São Paulo, por exemplo, e se observa que a dinâmica da criminalidade é bem diferente, quer seja pela composição da geografia ou pela forma de atuação dos criminosos, por isto é sempre importante que se faça o reconhecimento detalhado a respeito do local e da forma de agir da criminalidade, pois os aspectos econômicos, estrutura familiar de cada localidade, condições habitacionais da região, acesso ao lazer social, oportunidades de emprego, perfil psicológico dos cidadãos, movimentos sociais, dentre outros, influenciam o “*modus operandi*”.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, de forma a procurar buscar a resposta ao problema de pesquisa proposto, o qual se apresentou da seguinte forma: De que forma as políticas destinadas à economia e ao bem-estar da população são determinantes para a eficiência da Segurança Pública no Brasil?

### 5.1 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE

O entendimento sobre as dinâmicas da violência e da criminalidade é de difícil entendimento, pelo fato de que ela se dilui como outras questões, como política, economia, psicologia, relações humanas, moral e ética, problemas individuais, e até mesmo institucionais e, se apresenta como um fenômeno biopsicossocial extremamente complexo e carente de estudos e projetos que visem a sua prevenção.

A Segurança Pública se apresenta como uma estratégia para conter a disseminação da violência e da criminalidade na sociedade, pelo fato de que tais problemas fazem parte da natureza social e devem ser combatidos constantemente. A diversidade de aspectos envolvidos no processo de diagnóstico da criminalidade deve evitar uma visão genérica e abstrata, e deve ser baseada em estatísticas e estudos condizentes com a realidade específica de cada região.

### 5.2 ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA

A abertura política a partir da década de 1980 iniciou um processo de democratização do Poder Público nacional, que desencadeou um aumento da criminalidade e da violência a partir dessa década, o que se pode observar no Gráfico 4 e no Gráfico 5.

O Presidente Fernando Collor de Mello assume a Presidência da República em 1990 com grandes problemas econômicos devidos ao aumento da inflação e ao endividamento dos Estados e da União, e desencadeia o chamado Plano Collor, que causa a falência de empresas e o aumento do desemprego. Esse fato contribuiu para o aumento da violência na década de 1990.

A predominância dos Governos da esquerda política no Brasil contribuiu para a apresentação de um cenário libertário em relação às políticas voltadas determinadas classes da sociedade brasileira, que se apresentavam na condição de minorias, com a implantação de programas sociais e disseminação de pensamentos relacionados a essas classes.

### 5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Os gastos com Segurança Pública no Brasil geram gastos em torno de 3,8 % a 6% do PIB nacional, com montante de R\$ 370.000.000.000,00 (trezentos e setenta bilhões de reais) ao ano. Os baixos investimentos em Educação e em saneamento básico se apresentam como um problema grave para a disseminação da criminalidade e da violência, pois aumentam a falta de perspectiva por parte dos jovens, e diminuem os níveis de bem-estar social, respectivamente.

A política brasileira, em geral, apresenta soluções paliativas em relação à criminalidade e à violência, haja vista que as estratégias de políticas públicas devem procurar cobrir as pastas de Educação, energia elétrica, saneamento básico, saúde, transporte, empregos, etc.

No Brasil, os gastos com Segurança Privada já superam os gastos com Segurança Pública, o que se pode constatar na Tabela 2, com percentual de PIB de 4,2 % para a primeira e 1,7% para a segunda. Isto se deve à contratação em massa de segurança para patrimônio, transporte de cargas e de valores, entre outros.

Os Estados arcam com os maiores gastos com Segurança Pública, e os Municípios com os menores gastos, enquanto a União gasta valores próximos aos Municípios. Os maiores gastos dos Estados se devem à obrigação em manter as Polícias Civil e Militar.

O crescimento da violência nos Estados se deve principalmente ao tráfico de drogas e à violência contra a mulher. O Gráfico 4 mostra de forma elucidativa que a taxa de homicídios está diretamente ligada ao tráfico de drogas e ao uso de álcool. O período dos anos de 2007 a 2017 mostrou que a taxa de homicídios aumentou de forma constante durante esse período, o que se observa por meio do Gráfico 5.

### 5.4 EDUCAÇÃO

A Educação é um ponto importante na redução da violência e da criminalidade, pois tem o poder de retirar a juventude de uma realidade de poder paralelo, com o entendimento do papel social que os jovens devem realizar. Com a base de dados relacionados à Educação no ano de 2015, pode-se perceber pela Tabela 3 que a região Nordeste detém a menor taxa de alfabetização entre homens e mulheres no Brasil.

## 5.5 SANEAMENTO BÁSICO

As políticas de saneamento público no Brasil são deficitárias, e somente em certos Estados, como São Paulo, por exemplo, os índices de percentual de rede coletora de esgoto são altas, o que pode se visualizar na Tabela 1. O Gráfico 3 mostra que o grande problema do saneamento básico brasileiro é a rede de coleta de esgoto que, em sua falta, pode gerar grandes problemas sanitários, os quais se podem observar em comunidades periféricas do território nacional.

## 5.6 ENERGIA ELÉTRICA

O fornecimento de energia elétrica é um serviço fundamental para a sociedade, principalmente em relação ao bem-estar social, e possibilita o acesso às mídias disponíveis. O Gráfico 1 permitiu entender a evolução da eletrificação rural e urbana desde o ano de 1970 até o ano de 2000, e pode-se visualizar que foi crescente e contínuo tal processo de evolução.

O Gráfico 2 resumiu o panorama da eletrificação rural no ano de 1990, no qual percebeu-se que os estados da região Norte possuíam um baixo percentual de instalação de energia elétrica.

## 6 CONCLUSÃO

O objetivo principal deste estudo foi entender a influência exercida pelos fatores socioeconômicos, no período compreendido entre a abertura política do ano de 1985 e o ano do impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff, em relação às políticas públicas adotadas, e suas consequências nas principais estruturas de Segurança Pública do Brasil, no que se refere ao aumento dos índices de criminalidade e de violência na sociedade brasileira.

As políticas públicas voltadas para a Educação, saneamento básico emprego e saúde podem contribuir para a diminuição da violência e da criminalidade. A impossibilidade de um indivíduo em ter acesso aos benefícios dessas políticas tende a contribuir para que enverede no caminho do crime e da violência social.

Um outro ponto a ser considerado é a necessidade da observância da destinação errada dos recursos públicos, devido aos esquemas de corrupção desencadeados de forma organizada e maciça durante os Governos Lula e Dilma Rousseff principalmente, o que gerou um aumento do endividamento do Estado, em decorrência da necessidade do oferecimento e da continuidade dos serviços públicos essenciais.

A elaboração da fundamentação teórica e do desenvolvimento desta pesquisa se destinou a responder à seguinte questão de pesquisa: **De que forma as políticas destinadas à economia e ao bem-estar da população são determinantes para a eficiência da Segurança Pública no Brasil?**

O estudo de pesquisa realizado procurou identificar a origem e as principais causas da criminalidade no Brasil no contexto atual, e a complexidade das causas dessa natureza, principalmente pelo fato da diversidade dos crimes e os autores neles envolvidos. Entende-se de forma geral que a criminalidade no Brasil é sustentada por dois tipos específicos de crimes: o tráfico de drogas e o crime organizado.

O aumento da dívida pública por parte dos Estados e da União influi nos programas sociais e nas verbas destinadas ao Plano Nacional de Segurança Pública, por conta da diminuição dos repasses pela União para os Estados, devida à necessidade de pagamento de juro e de montantes da dívida externa.

Os Estados Federativos são responsáveis pela manutenção da Polícia Civil e da Polícia Militar e, além disso, pela Educação dos Ensinos Médio e Fundamental, pelos serviços de saúde, pelos serviços de saneamento básico, e outros, além do pagamento de serviços da dívida pública estadual com a União e do pagamento de funcionalismo público.

A análise baseada nos índices de desenvolvimento social no Brasil, relacionados a saneamento básico, Segurança Pública, fornecimento de energia elétrica, educação pública e saúde pública remetem a um quadro de desassistência social e endividamento dos Estados e da União implica em uma política de escolha entre os serviços que afetem mais na sociedade civil e, nesse ponto, há o detrimento entre o investimento nos serviços de políticas públicas e nos de Segurança Pública, e estes ficam em segundo plano nas prioridades do Estado.

Um ponto a ser observado é a discrepância salarial entre a Polícia Federal e as Polícias Civil e Militar do Distrito Federal, e essas Polícias nos Estados, que recebem, em geral, muito menos, por conta de serem mantidas pelos recursos estaduais.

Neste contexto, pode-se inferir em sentido conclusivo sobre esta pesquisa que o endividamento do Estado e os altos gastos com o funcionalismo público em geral, e os gastos do Ministério de Educação e do Ministério da Saúde com os serviços a eles relacionados impacta de maneira visível nos investimentos em Segurança Pública nos Estados.

Ainda, a atuação dos órgãos de Segurança Pública influencia de forma direta nas atividades sociais de forma geral, pois o aumento dos gastos com segurança privada e os aumentos dos gastos com Segurança Pública geram ônus para o setor público e para as empresas da iniciativa privada, por conta desses gastos tenderem a compor os preços finais de produtos e de serviços oferecidos à população.

Esta pesquisa trouxe um entendimento sobre as limitações do Poder Público em prover a segurança ideal a sociedade, pelo fato da falta de um engajamento do setor político, principalmente, para adequar as leis ao momento atual vivido pela sociedade brasileira.

Este estudo pode contribuir significativamente o entendimento das consequências das políticas públicas em relação à Segurança Pública nacional e, como sugestão para trabalhos futuros, pode-se explorar as temáticas relacionadas à corrupção que influenciem, da mesma forma, nos níveis dos órgãos de Segurança Pública.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação – noções práticas**. São Paulo: Atlas, 1995.
- ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil). **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. 1. ed. Brasília: ANEEL, 2002. 153 p.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. BRASIL. 1995. **A Profissão Militar**. Caderno de divulgação. Brasília: Presidência da República – Estado-Maior das Forças Armadas, 1995.
- \_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.
- CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e consequências do crime no Brasil**. 2010. 196 p. Tese (Doutorado em Economia) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Faculdade de Economia, Rio de Janeiro: BNDES, 2014.
- CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil. Causas e recomendações políticas para a sua prevenção. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 1999, p. 53-69.
- COSTA, Carlos Marcelo, D'Isep. **A Profissão Militar**. Caderno de divulgação. Brasília: Presidência da República – Estado-Maior das Forças Armadas, 1999.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FLEISCHER, David. **Governabilidade e abertura política: As desventuras da engenharia política no Brasil (1964-1984)**. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 12-39.
- GONÇALVES, Marcelo Santos. **A segurança privada como aliada do sistema nacional de segurança pública no combate à criminalidade no Brasil**. 2015. 40 p. Monografia (Graduação em Segurança Pública) Universidade do Sul de Santa Catarina. Recife: UNISUL, 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB**. 2008. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/9073-pesquisa-nacional-de-saneamento-basico.html?edicao=9077&t=o-que-e>>. Acesso em: 04 jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Alfabetização**. 2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1187#resultado>>. Acesso em: 4 jul. 2020.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2019**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. 116 p.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.
- MOREIRA, Marli. **Estados perdem competitividade por causa de violência, aponta pesquisa**. Agência Brasil. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-09/estados-perdem-competitividade-por-causa-de-violencia-aponta-pesquisa>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

REIS, Elisa. **Processos e escolhas. Estudos de sociologia política.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

ROSA, Saunder Tércio. **Gestão da segurança pública no Brasil: perspectivas atuais e futuras.** 33f. Monografia (Curso de Administração Pública). Universidade Aberta do Brasil. Brasília: UNB, 2015.

SICSÚ, João. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). **Trabalho Prático: Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas.** Texto para Discussão, nº 1346. Brasília, 2008.

SILVA, Eduardo Pinheiro Granzotto da. **Custos com segurança pública no Brasil e em outros países.** Estudo técnico. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. 12 p.

SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade libertária.** Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.